

O ingresso na carreira docente e o ‘apagão de professores’: possíveis caminhos para atratividade e permanência de iniciantes na função

Entry into the teaching career and the ‘blackout of teachers’: possible ways of attracting and keeping newcomers in the job

Ingreso a la carrera docente y el ‘apagón docente’: posibles caminos para la atracción y retención de principiantes en el rol

Camila Castro Diniz¹
Universidade Federal do Maranhão, Brasil.

Lélia Cristina Silveira de Moraes²
Universidade Federal do Maranhão, Brasil.

Resumo: O presente estudo teve por objetivo analisar possíveis caminhos para atratividade e permanência de iniciantes na função docente. A análise, para fins de evidência, decorre de pesquisa teórica, amparada em base bibliográfica e documental, subsidiada por análise crítica, fundamentada em autores como Esquinsani e Sobrinho (2024); Cavalcante e Farias (2020); Diniz-Pereira (2000; 2004), dentre outros. Os resultados indicam que é urgente a necessidade de se propor caminhos para a atratividade e permanência de iniciantes na função docente, o que implica além do fortalecimento de projetos de formação específicos que atendam às demandas no início da carreira docente, melhores condições materiais e de remuneração dos profissionais da educação para um melhor acompanhamento e desenvolvimento profissional de iniciantes nas escolas.

Palavras-chave: Ingresso na carreira docente. Apagão de professores. Iniciantes. Atratividade e permanência.

Abstract: The aim of this study was to analyze possible paths for attracting and retaining beginners in the teaching profession. The analysis, for the purposes of evidence, stems from theoretical research, supported by a bibliographic and documentary base, subsidized by critical analysis, based on authors such as Esquinsani and Sobrinho (2024); Cavalcante and Farias (2020), Diniz-Pereira (2000; 2004), among others. The results indicate that there is an urgent need to propose ways of attracting and retaining beginners in the teaching profession, which implies, in addition to strengthening specific training projects that meet the demands at the start of the teaching career, better material conditions and remuneration for education professionals to better accompany and professionally develop beginners in schools.

Keywords: Entering the teaching profession. Blackout of teachers. Beginners. Attractiveness and retention.

¹ Doutoranda em Educação. Universidade Federal do Maranhão. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8106-6850>. Contato: camilacastrodiniz018@gmail.com

² Doutorado em Educação Brasileira. Universidade Federal do Maranhão. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7330-553X>. Contato: lelia.silveira@ufma.br



Resumen: El presente estudio tuvo como objetivo analizar posibles caminos para el atractivo y la retención de principiantes en el rol docente. El análisis, con fines de evidencia, resulta de una investigación teórica, sustentada en una base bibliográfica y documental, subsidiada por un análisis crítico, basado en autores como Esquinsani y Sobrinho (2024); Cavalcante y Farias (2020); Diniz-Pereira (2000; 2004), entre otros. Los resultados indican que existe una necesidad urgente de proponer caminos para la atracción y retención de principiantes en el rol docente, lo que implica, además de fortalecer proyectos de formación específicos que atiendan las exigencias del inicio de la carrera docente, mejores materiales y remuneraciones. Condiciones de los profesionales de la educación para un mejor seguimiento y desarrollo profesional de los principiantes en las escuelas.

Palabras clave: Ingreso a la carrera docente. Apagón docente. Principiantes. Atractivo y permanencia.

1. INTRODUÇÃO

A inserção na carreira docente como uma das fases de desenvolvimento profissional do professor abrangendo, conforme Huberman (1995), o primeiro ao quinto ano de atuação profissional³, é caracterizada por ser uma fase rica de aprendizagens, mas que pode ser atravessada também por constantes desafios, dúvidas e incertezas, podendo levar o iniciante a abandonar a profissão logo nos primeiros anos de sua carreira.

Com isso, ressalta-se a urgência destes profissionais serem acolhidos e acompanhados de perto no espaço da escola para que permaneçam na função, sendo de fundamental importância também tornar esta profissão mais atrativa, uma vez que a falta de professores para o atendimento da demanda por escolarização básica tem se tornado uma problemática iminente (Esquinsani & Sobrinho, 2024).

Na percepção de Cavalcante e Farias (2020), a importância do apoio aos docentes iniciantes, no que pese a sua formação e acolhimento nas escolas, mostra-se uma demanda necessária no âmbito das políticas públicas educacionais. Neste rumo é que também chamamos atenção para a responsabilidade das instituições públicas de ensino e das Secretarias de Educação em realizar uma formação profissional acadêmica de seus estudantes com qualidade, de modo a permitir uma entrada na carreira docente mais sólida, crítica e emancipadora.

Tal formação, aliada a outros elementos de valorização da carreira docente (melhores condições de trabalho e de salário), deve ser enriquecida, como bem alerta Nóvoa (1992), não por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas através de

³ Huberman (1995) especifica essa temporalidade ao tratar sobre o ciclo de vida profissional dos professores, no entanto é importante ressaltar que não há consenso entre os estudiosos sobre essa delimitação, podendo haver rupturas e regressos quanto às fases de desenvolvimento profissional docente.

um trabalho de reflexividade constante sobre a prática para fins de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissão dos docentes.

Nessa direção é que o 'apagão docente', que tem se tornado uma problemática presente e atual diante da desprofissionalização dos professores na educação básica brasileira, como nos alertam Esquinsani e Sobrinho (2024), deve ser brevemente combatido. Em se tratando dos iniciantes, tal perspectiva poderá fortalecer projetos de formação específicos que atendam às suas demandas propiciando ainda melhores condições de trabalho para que tenham um acompanhamento e desenvolvimento profissional mais efetivos no espaço escolar.

Ante o exposto, o presente texto que mobilizou reflexões sobre o professor iniciante no período de inserção profissional, no que pese a atratividade e permanência na função, está composto por quatro eixos: além desta introdução, nas aproximações teóricas apresentamos a relação entre as dimensões inserção profissional e 'apagão docente'; no enfoque teórico-metodológico, mencionamos o tipo de pesquisa e como ocorreu a construção e análise dos dados produzidos e logo em seguida, mediante a análise da literatura e dos dados apresentados, discutimos os resultados trazendo, por último, as conclusões deste estudo.

2. AS RELAÇÕES ENTRE O ÍNCIO DA CARREIRA DOCENTE E O 'APAGÃO DOCENTE': O QUE UNE ESSAS DIMENSÕES?

Nos últimos anos, o início da carreira docente tem se tornado pauta de muitas discussões e reflexões. Não à toa, é unânime entre os teóricos e estudiosos da área o entendimento de que saindo da condição de estudante o professor iniciante incorpora, compreende e se integra de maneira mais densa à cultura escolar, familiarizando-se com os códigos e normas da profissão docente (Castro, Costa & Farias, 2021; Cruz, Farias & Hobold, 2020).

É neste processo tão fundamental "de aprender a ensinar" que os iniciantes terão a oportunidade, inseridos na vida profissional docente, de aprender com a prática, estabelecendo relações com a teoria e vivenciando as suas conquistas, ora transitando por sentimentos de entusiasmo, ora por sentimentos de inseguranças a depender do seu contexto e experiências.

Mas muitas das dificuldades e dos desafios que enfrentam estes "jovens professores" tais como a gestão de disciplina, a motivação dos estudantes, a relação com

as famílias, dentre outros desafios, poderiam ser amenizados caso estes profissionais tivessem um acompanhamento mais permanente nos contextos escolares entorno das suas necessidades formativas.

Existe um entendimento de que as necessidades formativas dos iniciantes são distintas daquelas dos docentes mais experientes. Na percepção de Passos *et al.* (2024, p. 19) “[...] essas necessidades não se constituem como falhas, uma vez que são inerentes ao desenvolvimento profissional docente”. Contudo, ainda na visão destes autores, submetidos ao isolamento profissional que impregna a cultura escolar, o professor iniciante muitas vezes torna-se invisível, tendo que vivenciar essa fase desafiadora, complexa, difícil e solitária de aprendizagem da docência.

Diante deste panorama, é fundamental discutirmos todos esses aspectos que repercutem na atratividade e permanência dos iniciantes nesta função, pois como advogam Diniz e Moraes (2023), pautadas em estudiosos da área, há ainda no contexto brasileiro uma grande escassez de políticas e programas dedicadas à inserção e indução profissional como “[...] possibilidade de reduzir dificuldades de diversas ordens que afetam o início da docência” (Cruz, Farias & Hobold, 2020, p. 2). Além de pesquisas que busquem relacionar a formação específica do professor iniciante com os demais sujeitos envolvidos no processo de inserção profissional, como o coordenador pedagógico (Diniz & Moraes, 2023).

Contudo, aqui compreende-se que:

[...] as ações formativas do coordenador pedagógico, articuladas a uma preocupação com programas institucionalizados de apoio ao docente iniciante, poderá ser um importante moderador dos dilemas que enfrentam os professores em início de carreira, auxiliando-os em seu processo de desenvolvimento profissional (Diniz & Moraes, 2023, p. 55).

Diante disso, que relação podemos estabelecer entre o ingresso profissional de iniciantes e o cenário de ‘apagão docente’ que se perpetua no contexto brasileiro? Nos dizeres de Esquinsani e Sobrinho (2024), (*apud* Frigotto, 2007; Esquinsani; Esquinsani, 2018; Gavioli, 2019; Hilário; Faria; Gavioli, 2019) não é de hoje que a atração e permanência de jovens na docência tem se tornado uma pauta indispensável e relevante no campo da educação. Assim, com a iminente falta de professores para atendimento da demanda por escolarização básica temos como ‘apagão’ de professores, ‘apagão pedagógico’ ‘apagão’ na educação, ou ainda ‘*blackout* docente’ têm se tornado cada vez mais recorrentes.

Um dos indícios desse ‘apagão’ é a diferença alarmante entre o número de jovens professores em início de carreira e o número de docentes mais experientes que estão se dirigindo para o final da carreira. Segundo dados colhidos pelos supracitados autores, em 2021, a proporção que se chega é a seguinte: há quase 8 (oito) professores em final de

carreira para cada 1 (um) professor iniciante. O que é um aspecto problemático somado ainda a pouca procura dos jovens em recorrer as licenciaturas para suas formações iniciais.

Perante este quadro em que faltam ingressantes nas licenciaturas, ainda segundo Esquinsani e Sobrinho (2024), poucos jovens se atraem para ingressar pelos cursos de Licenciatura e “[...] dos que ingressam, a minoria conclui e do conclui muitos não seguem a carreira docente na educação básica ou a abandona tão logo consigam colocação profissional melhor” (p. 5).

Tais questões esbarram, porém, nas condições materiais precárias as quais os professores vêm sendo submetidos, o que implica um constante repensar sobre a valorização dos profissionais da educação no que pese não somente a formação, mas às condições de trabalho e remuneração destes profissionais em prol da qualidade da educação, bem como da qualidade de vida do trabalhador (Masson, 2017).

Interessante ainda a colocação feita pelos autores Esquinsani e Sobrinho (2024) de que até mesmo o mais “apaixonado” e altruísta docente precisa de recursos financeiros e condições de saúde física e mental adequados para viver. Condições essas que têm tornado o trabalho docente na educação básica cada vez menos atraente. Logo, o prazer e o encantamento pela profissão docente talvez não sejam suficientes para garantir a superação dos desafios e permanência nessa função.

Diniz-Pereira (2000, p. 25) contribui com essa discussão dizendo que “o aviltamento salarial e a participação cada vez menor na execução do seu próprio trabalho revelou a existência de um crescente processo de proletarização do profissional do ensino”. Deste modo, caminhando na contramão desta proletarização é preciso um resgate da docência enquanto profissão e dos professores enquanto intelectuais do ensino.

Em se tratando da permanência de iniciantes na carreira docente, há que se ressaltar que “[...] a perda de controle sobre o conhecimento que ensina, sobre o processo de ensino, o aumento da intensidade, a sobrecarga, a atuação performativa, a perda da autonomia, a baixa remuneração, dentre outros muitos motivos dessa natureza [...]” como bem sublinha Esquinsani e Sobrinho (2024, p. 9), tem levado o trabalhador docente às bordas do trabalho precário.

De acordo com Masson (2017), a questão da remuneração, assim como a identificação com a profissão e a sua valorização social, também tem sido um peso relevante para que os docentes permaneçam ou não na profissão.

Nesse sentido, diante das reformas e dos reformistas educacionais, torna-se imperativo rejeitarmos, então, todos os dispositivos de supervisão e avaliação que atuam

no controle das práticas pedagógicas e da profissão docente (Diniz-Pereira, 2000), sendo esse um grande desafio a considerar o paradoxo em que se encontra a nossa educação, presente num contexto neoliberal, na qual persiste a exploração do homem pelo homem (Masson, 2017).

3. O APORTE TEÓRICO - METODOLÓGICO

Visto que o início da carreira docente pode ser um período marcado por dificuldades e que temos vivenciado o ‘apagão de professores’ na escolarização básica, o presente artigo objetiva analisar possíveis caminhos para se pensar a atratividade e permanência de iniciantes na função docente, tendo em vista a seguinte questão norteadora: Que caminhos, considerando o ‘apagão de professores’ na escolarização básica, podemos pensar para a atratividade e permanência de iniciantes na função docente?

Como estratégia de organização metodológica para esta pesquisa adotamos o processo de abordagem qualitativa proposto por Yin (2016). Desse modo, para fins de proximidade da temática investida, realizamos inicialmente um levantamento bibliográfico e documental para compreendermos o fenômeno em seu âmbito particular e subjetivo.

Desse modo, após elencarmos o referencial teórico, consultamos alguns documentos como as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (NDCF), estabelecidas pelo Parecer CNE/CP n. 2/2015 e instituídas pela Resolução CNE/CP 2/2015; a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE); e a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

A fase de análise e discussões dos dados encontrados teve esteio numa perspectiva crítica, com base no Materialismo Histórico-dialético, fundamentado em Marx e Engels. Nas palavras de Kosik (1976), no tocante a este método, ao tratar da coisa em si a dialética busca captar a realidade dinâmica e complexa, na qual o objeto de estudo se materializa e se manifesta. Tal premissa nos conduziu então a tecer importantes interpretações acerca dos caminhos para se pensar a maior atratividade e permanência de docentes iniciantes nas escolas públicas de educação básica diante do ‘apagão’ que vivenciamos na profissão docente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: PARA SE PENSAR O INGRESSO E PERMANÊNCIA NA CARREIRA DOCENTE

Segundo Masson (2017, p. 850), “[...] o tema da valorização de professores é abrangente porque envolve condições de trabalho, salário e carreira, formação inicial e continuada, o que acaba dificultando a garantia efetiva de sua valorização”.

Dessa forma, para iniciarmos as discussões e reflexões acerca da atratividade e permanência de iniciantes na carreira docente, neste instante, tomaremos por base o que diz alguns documentos legais no que se refere a formação, condições de trabalho e remuneração dos professores, buscando vislumbrar caminhos possíveis para o ingresso e permanência na carreira do magistério.

4.1 A formação acadêmica- profissional de professores

Em discurso proferido em mesa temática sobre as lutas e desafios atuais que permeiam a formação e valorização do trabalho docente, no IX Encontro de educadores: pesquisas e experiências, realizado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no ano de 2024, o professor Júlio Emílio Diniz- Pereira, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressaltou fazendo menção à Resolução CP/CNE (02/2015) que foi a primeira vez na história da educação brasileira que em um único documento a dita formação inicial e continuada de professores foi articulada à valorização dos profissionais do magistério da educação básica (informação verbal)⁴.

Um passo importante se considerarmos que as condições de trabalho dos professores, bem como a sua remuneração, não devem caminhar desarticuladas da valorização docente. Ideia que, segundo o próprio Diniz-Pereira (2024), já havia sido antecedida pelos documentos finais das Conferências Nacionais de Educação (Conae) 2010 e 2014, em que se explicitou a compreensão de que a valorização do magistério é:

[...] uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e a destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras

⁴Fala do Prof. Dr. Júlio Emílio Diniz-Pereira na palestra “Formação e valorização do trabalho docente: lutas e desafios atuais”, em mesa temática VI – Formação e Valorização do Trabalho docente: lutas e desafios atuais, no IX Encontro de educadores: pesquisas e experiências - Educação e Democracia: Conjunturas instáveis e Direitos sociais, no dia 28/11/2024, na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís- MA.

atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério (Parecer 02/2015, p. 36; § 3º da Resolução 02/2015).

Em consonância a esses documentos, a meta 15 do PNE (2014-2024) dispõe que todos os professores e as professoras da educação básica devem possuir formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. E a meta 17 do referido documento também estabelece valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano de vigência deste PNE (BRASIL, 2015).

Tal articulação acaba, portanto, se integrando aos vários movimentos e discussões históricas que vêm sendo delineadas no campo da educação por meio de entidades científico-acadêmicas, sindicais, órgãos gestores, instituições formadoras, sistemas de ensino, dentre outros (Parecer 02/2015). E neste rumo, é preciso consideramos que se faz necessário cuidar do futuro das novas gerações de professores a começar pela sua formação.

Relevante ainda a colocação de Diniz-Pereira (2000, p. 50-51), quando diz que “[...] a formação acadêmica do professor localiza-se entre uma formação que se inicia antes mesmo de seu ingresso na universidade e uma outra que prossegue durante toda a sua vida profissional”. Rodrigues *et al.* (2020, p. 709), consoante a isto, discorre:

[...] a formação docente é a base para as práticas pedagógicas que promovem a valorização do ser, do saber e do agir, que contribuem para atenuar um dos maiores desafios na preparação dos futuros professores: o de habilitar profissionais capazes de atender uma multiplicidade de demandas emergentes.

No entanto, são várias as pesquisas e estudos neste campo que apontam problemáticas sobre a formação inicial e continuada de professores, problemas que parecem persistir e não mudam. Dentre as problemáticas mais atuais, no que tange a formação de professores, Diniz-Pereira (2024), aponta:

- I. A baixa eficiência e qualidade do sistema de formação inicial localizada, principalmente nas redes privadas a distância;
- II. A baixa ou nenhuma participação dos docentes na formação dentro da sua jornada de trabalho devido a pouca valorização da formação continuada nos planos de cargos e carreira;

- III. A predominância de cursos de curta duração (sobre o qual os professores não foram consultados) com baixo impacto na qualificação docente por estarem apartados da sua realidade.
- IV. Exercício da profissão de magistério em uma área de ensino distinta das áreas de formação em nível superior (informação verbal).

Em concordância com esse autor, certamente acreditamos que a formação acadêmica- profissional dos docentes não se finda assim que estes concluem a sua formação inicial. Essa formação, dentre os dilemas explicitados, precisa ainda articular-se aos sistemas de ensino para os quais ela se encarrega de formar, devendo haver uma maior integralidade das instituições formadoras com as redes de ensino, ampliando-se o espaço da pesquisa.

Neste rumo, no que pese a formação continuada, é preciso termos em mente que essa formação que exige um constante repensar sobre a prática não deve ocorrer desassociada da vida pessoal e profissional do docente, sendo fundamental para esse processo de construção do 'ser professor', inicialmente, darmos voz aos professores para que se elaborem, como afirma Goodson (2019), bons modelos de desenvolvimento profissional docente.

Para além do processo de 'deformação' e 'desqualificação' que ocorre quando os profissionais da educação adentram ao mercado de trabalho (Arroyo, 1985 *apud* Diniz-Pereira, 2000), salientamos então que as condições materiais que geralmente são esquecidas e marginalizadas (Diniz-Pereira, 2000) também condicionam e determinam o processo de construção identitária de quem inicia na profissão. E é sobre essas condições, aliadas ao fator da remuneração, que nos deteremos a seguir.

4.2 As condições de trabalho e remuneração dos docentes

Ainda na visão de Diniz-Pereira (2000; 2024), as discussões entorno da formação de professores ampliam-se quando o contexto da escola, a falta de condições materiais do trabalho docente e a condição de assalariado do professor são incluídas como temas relevantes neste debate.

Sob este véis, sem dúvida, a materialidade também é um fator que, direta ou indiretamente, impacta no possível desejo por parte de novos professores de seguirem a carreira docente. Cavalcante e Farias (2020) contribuem dizendo que diante da precarização pela qual a profissão docente passa é crescente o absenteísmo e a evasão de professores das escolas.

Neste quadro é que o excessivo número de faltas e desistência desses profissionais, que gera uma rotatividade prejudicial ao contexto escolar e ao rendimento discente, tem atestado o quanto esse cenário precisa ser discutido e modificado (Cavalcante & Farias, 2020). Em se tratando do iniciante, embora a pesquisa das mesmas autoras tenham revelado que esses sujeitos têm expectativas positivas para a permanência na carreira docente, os mesmos também reclamam da solidão que vivenciam no início da carreira, o que pode ser agravado pelas péssimas condições de trabalho e remuneração a qual vêm sendo submetidos.

É nesse sentido, que as questões que envolvem a remuneração e valorização material da carreira repercutem negativamente, não tornando o magistério uma opção exatamente atrativa. Diniz-Pereira (2024), dando ênfase a essa discussão, contribui dizendo alguns fatores que têm levado à desprofissionalização docente. Nas palavras do autor, são eles:

- I. Os vínculos de trabalho dos professores em mais de uma escola, com deslocamentos e adaptação a vários contextos;
- II. O número excessivo de professores contratados;
- III. O grande volume de trabalho;
- IV. O número superior de alunos por turma;
- V. A diminuição da autonomia ou participação dos professores na tomada de decisão sobre o seu trabalho (informação verbal).

Esses fatores acabam mais uma vez por confirmar a situação de gravidade pela qual transita a profissão docente marcada por um cenário paradoxal e desafiador que pede respostas rápidas e distintas em meio as mudanças sociais, culturais e políticas que impactam diretamente o campo da educação e a cultura profissional docente. Nessa linha, para Flores (2016, p. 343), citando Andy Hargreaves (2003),

A profissão que é, muitas vezes, descrita com uma importância vital para a economia do conhecimento é a mesma que muitos grupos têm desvalorizado, que cada vez maior número de pessoas que deixar, em que cada vez menos pessoas querer entrar, e muitos poucos têm interesse em liderar. Isto é muito mais que um paradoxo. É uma crise de proporções preocupantes.

No que se refere à remuneração dos docentes, ainda conforme Diniz- Pereira (2024), a defasagem salarial que também é um fator de desprofissionalização dos professores tem ocorrido na realidade brasileira, pelo/pela:

- I. Não cumprimento do piso salarial (Lei 11.738/2008);
- II. Inadequação ou não cumprimento dos planos de carreira;

III. Remuneração inferior dos profissionais contratados temporariamente (informação verbal)

Segundo consta na Lei 11.738/2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica:

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 2008).

O PNE (2014-2024), sobre os planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública, também prevê na meta 18:

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 2015).

Porém, esta não é uma realidade em todas as regiões do nosso país. Aliás, Esquinsani e Sobrinho (2024), ao tomarem por base o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2021, p. 10), revelam que “[...] o salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública no Brasil é 37% inferior à média salarial dos profissionais de Saúde”.

Neste bojo, podemos sublinhar que o contexto de reformas focalizadas nas competências e nas avaliações externas em larga escala acabam também por potencializar ainda mais este cenário de proletarização do trabalho docente tornando os professores em muitas realidades, especialmente daquelas mais carentes, meros tarefeiros e executores de pacotes prontos, com pouco ou nenhum domínio sobre a sua atividade profissional. Uma pauta que é séria e merece destaque, principalmente no próximo decênio, como nos lembra Diniz-Pereira (2024, informação verbal).

Pelo exposto, que aspectos podemos ressaltar para a superação dos entraves e problemáticas que permeiam, principalmente, o 'apagão docente'? É o que discutiremos a seguir com foco no ingresso profissional dos professores iniciantes.

4.3 Possíveis caminhos para atratividade e permanência de iniciantes na educação básica

Pelas discussões engendradas até aqui, é unânime a defesa de que precisamos fortalecer a formação e valorização do professor não só como um dever, mas consoante ao que diz Diniz-Pereira (2024), como um direito que deve fazer parte da profissionalização docente (informação verbal). O que requer pensarmos atentamente sobre o ingresso na profissão docente.

Na percepção de Garcia (2010, p. 37):

A ideia de que os professores iniciantes requerem um sistema estruturado para apoiar sua entrada na profissão tem mudado nos tempos atuais, desde sendo considerada como algo acessório até sendo entendida como um elemento central no processo de retenção do professorado iniciante e na melhora da qualidade de seu ensino.

Nesse sentido, tem sido amplamente aceito o entendimento de que políticas e programas de inserção profissional melhoram a atuação dos iniciantes, gerando satisfação e maior entusiasmo no ingresso da carreira docente. Assim, do ponto de vista da formação, Romanowski e Martins (2013) também ressaltam a importância da criação de programas de acompanhamento e supervisão destinados a promover o seu desenvolvimento profissional como um componente fundamental de desenvolvimento dos professores iniciantes, bem como o estabelecimento de projetos de formação específicos que atendam as demandas do início da carreira.

Cavalcante e Farias (2020), partindo deste mesmo princípio, consideram que a participação dos alunos em programas de apoio à aprendizagem da docência, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), durante a formação inicial pode produzir um efeito de permanência na profissão, assim, como outras políticas e programas de ingresso, tal como aquelas empreendidas por países latino-americanos e europeus (*apud* André, 2012; Vaillant, 2009).

Entretanto, ainda nas palavras de Romanowski e Martins (2013), a revisão de critérios de lotação e designação de trabalho para professores iniciantes, buscando favorecer a sua adaptação aos sistemas escolares e o fomento para realização de pesquisas (colaborativas) sobre essa fase específica do desenvolvimento profissional, também pode contribuir para a formação e prática desses profissionais em início de carreira, sendo caminhos necessários para a atratividade e permanência dos iniciantes na docência.

As mesmas autoras ainda mencionam a relevância de se proporcionar a estes iniciantes a melhoria das suas condições de vínculo profissional com foco na sua

renumeração e valorização profissional. Na mesma linha, Masson (2017) ressalta que tornar a carreira docente mais atrativa para os iniciantes requer o atendimento de uma série de requisitos tais como: a remuneração proporcional à formação equiparada às demais profissões com formação equivalente; a ascensão na carreira docente conforme o tempo de serviço e titulação/formação; o alcance do topo da carreira como uma possibilidade para todos e não apenas restrita a uma minoria; a progressão horizontal com interstícios não muito longos; a valorização do professor desde o início da carreira em conformidade com a sua titulação/formação; a dispersão salarial que garanta ao longo da carreira a atratividade para a permanência na profissão, bem como a consideração do custo de vida regional.

Tais caminhos, parafraseando Esquinsani e Sobrinho (2024), também pautados nos autores supracitados, nos levam a pensar que o investimento na atratividade e permanência de iniciantes na carreira docente requer soluções estruturais necessárias. Pensar essas soluções é, portanto, buscar meios para a sua efetividade, o que requer do poder público certa vontade, interesse e agilidade, a fim de que o trabalho docente ganhe notoriedade e seja, de fato, legitimado.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO - PARA MANTERMOS ACESA A LUZ DA DOCÊNCIA

Considerando que os primeiros anos de início na carreira são decisivos e marcantes na história profissional do professor, trazer à tona caminhos para se pensar a atratividade e permanência de iniciantes na escolarização básica, tendo em vista o cenário de 'apagão' por qual transita a educação brasileira, é peça-chave para a garantia dos direitos e deveres que permeiam a profissão docente.

No que tange à formação, como vimos, efetivar políticas de acolhimento e acompanhamento sistemático dos jovens professores, chamando profissionais como o coordenador pedagógico para atuar junto a estes profissionais no espaço da escola, além da participação em programas de apoio à aprendizagem da docência no início da sua formação, seria uma estratégia positiva para se amenizar as dificuldades, medos e desafios que caracterizam este ingresso na carreira docente. Mas, essa é apenas umas das condições necessárias para se garantir a permanência destes profissionais nas escolas de educação básica, havendo a necessidade de maiores investimentos também na atratividade destes docentes para que não se corra o risco de se apagarem as luzes que mantém acesa a nossa docência.

Desse modo, para recolocarmos os professores na tomada de decisão do seu próprio trabalho é preciso garantir não apenas na legislação, mas na prática das nossas escolas melhores condições de trabalho e de salário dos docentes, bem como efetivar políticas e programas destinados à inserção profissional que tenha como foco uma perspectiva de desenvolvimento profissional contínuo desses iniciantes. Para isso, o sentimento de luta e de inconformismo sobre este quadro que tem afetado a carreira docente atingindo, especialmente a educação dos mais pobres, precisa ser urgentemente revisto.

No mais, uma vez que o professor iniciante vem se constituindo em meio a um paradoxo que invade o cenário educacional, entre embates e definições contrárias do que significa formar o professor e ser um profissional da educação, entendemos que essa discussão que também parte da capacidade de resistência dos professores merece ser ampliada e problematizada para avançarmos na superação de suas causas.

Logo, esse debate não se encerra por aqui, devendo a comunidade científica, governos, universidades e Secretarias de Educação darem continuidade a esse movimento em função do ingresso e permanência mais efetiva dos futuros docentes, o que seguramente passa por maiores esforços em termos de formação e políticas de valorização da profissão docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2008). **Lei nº 11.738/2008, de 16 de julho de 2008**. Dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 Jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm Acesso em 17 de dez. 2024.

BRASIL (2015). **Parecer CNE/CP 2/2015, de 9 de junho de 2015**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/parecer-cp-2015>. Acesso em: 16 de dez. 2024.

BRASIL (2015). **Resolução CNE/CP 2/2015, de 1 de julho de 2015**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2015>. Acesso em: 16 de dez. 2024.

BRASIL (2015). [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara

dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em:
file:///C:/Users/User/Downloads/plano-nacional-educacao-2014-2024-2ed-1.pdf Acesso
em 17 de dez. 2024.

CAVALCANTE, Maria Mikaele da Silva; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Permanecer na
docência: o que revelam professores iniciantes egressos do Pibid?. **Rev. Educ.**
Questão, Natal, v. 58, n. 58, e-22474, out. 2020. Disponível em
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352020000400024.
Acesso em: 17 dez. 2024.

CASTRO, I. M.S.; COSTA, S. L. ; FARIAS, I. M. S. O acompanhamento pedagógico do
professor iniciante na Educação Infantil: conceitos, concepções e reflexões. **Ensino em**
Perspectivas, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6485>. Acesso em:
17 dez. 2024.

CRUZ, G. B.; FARIAS, I. M. S.; HOBOLD, M. Indução profissional e o início do trabalho
docente: debates e necessidades. **Reveduc: Revista Multilíngue do Programa de Pós-
graduação em Educação da UFSCar**, São Carlos, v. 14, p. 1-15, jan./dez. 2020.
Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4149> Acesso
em 17 dez. 2024.

DINIZ, Camila Castro; MORAES, Lélia Cristina Silveira de. O lugar da coordenação
pedagógica na constituição do ser professor: indução e ações formativas em discussão.
In: BONFIM, Maria Núbia Barbosa; MORAES, Lélia Cristina Silveira de (Org.). **Formação,
currículo e escola em suas relações múltiplas**. Curitiba: CRV: 2023. 49- 60p.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. **Formação de professores: pesquisas, representações e
poder**. Edição: 2. Ed. 2000, 167 p.

ESQUINSANI, R. S. S; SOBRINHO, S. C. O 'apagão' docente: quem educará as novas
gerações? **Revista Eletrônica de Educação**, v. 18, e6608192, p. 1-15, jan./dez. 2024.
Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6608/1750>.
Acesso em: 10 de dez. 2024.

FLORES, Maria Assunção. **O futuro da profissão de professor**. In: SPAZZIANI, Maria
de Lourdes. Profissão de professor: cenários, tensões e perspectivas. 1. ed. São Paulo:
Editora Unesp, 2016. 343-367p.

GARCIA, Carlos Marcelo. O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da
experiência. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 02, n. 03, p. 11-49, ago./dez. 2010. 11
Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>. Acesso em 19 de dez.
2024.

GOODSON, I. F. **Currículo, narrativa pessoal e futuro social**. Tradutor: Henrique
Carvalho Calado; revisão da tradução: Maria Inês Petrucci-Rosa e José Pereira de
Queiroz. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

HUBERMAN, M.. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio
(Org). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1995, p. 31-61.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2º Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MASSON, Gisele. Requisitos essenciais para a atratividade e a permanência na carreira docente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 140, p.849-864, jul.-set., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Y4GnNgbwFYxX4FwxJ3g5JCn/> Acesso em: 17 dez. 2024.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p. 158.

PASSOS, Laurizete Ferragut; ALMEIDA, Patrícia Albieri de; REIS, Adriana Teixeira; Gomboeff; Ana Lucia Madsen. Coordenadores Pedagógicos: reflexões e práticas de apoio e de acolhimento ao docente iniciante. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 18, 1-22, e6453014, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6453>. Acesso em: 10 de dez. 2024.

RODRIGUES, Diêgo Borges; SOUSA; Graciele Ferreira de; BARRETO; Jurenice da Silva; FERREIRA, Valdivina Alves. Formação e valorização do trabalho docente. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos** - Ano III (2020), volume III, n.7 (jul./dez.). Disponível em <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/96> Acesso em: 17 de dez 2024.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; OLIVER MARTINS, Pura Lúcia. Desafios da formação de professores iniciantes. **Pág. Educ.**, Montevideo, v. 6, n. 1, p. 83-96, jun. 2013. Disponível em http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-74682013000100005. Acesso em: 17 de dez 2024.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016, 313 p.